

PROPOSTA SOBRE A REPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS REFORMADOS

Os reformados constituem cerca de ¼ da população portuguesa e, no seu conjunto, não dispõem de organizações que os representem. Alguns continuarão sindicalizados, outros são associados do MURPI e outros ainda são associados da APRe! Estas estruturas, nomeadamente a APRe!, fizeram-se ouvir em 2013 quando chegaram os primeiros cortes. Depois, aos poucos, perderam a força reivindicativa.

Esse recuo é agora muito claro: do MURPI não se ouve uma palavra e a APRe! faz uma reivindicação muito burocratizada e muito bem comportada ou não se portasse a APRe! como porta-voz do Partido Socialista. As reivindicações da APRe! pautam-se pelo princípio da razoabilidade. Se o Governo ou o ministro Centeno dizem que não é possível ir mais além, é porque não é possível, ponto final.

Quando os funcionários públicos, e outras profissões, perderam cerca de 20% do poder de compra nos últimos dez anos, os reformados não são nunca referidos como se fossem imunes a essa perda, como se fossem transparentes. Nem os sindicatos, nem o MURPI ou a APRe! se manifestam seja de forma autónoma defendendo os direitos dos reformados seja juntando as suas vozes a quem tem mais peso na luta social.

Os reformados são ¼ da população portuguesa para o melhor e para o pior. Se a devolução de rendimentos contribui directamente para a recuperação económica, então, esta análise é verdadeira para todos os sectores da sociedade portuguesa incluindo os reformados. Deixar o problema das reformas fora da mesa das negociações do OE contribui para aumentar e perpetuar a desigualdade social.

Assim, considerando que

1º é insuportável conviver com o silêncio e capitulação das associações representativas dos reformados;

2º não é aceitável marginalizar os reformados deixando cair os seus direitos tratando os reformados como um sector descartável, sem significado social e limitado peso eleitoral;

3º as recuperações das reformas que tiveram lugar pouco mais foram do que simbólicas;

4º as conversações e negociações com vista ao OE2019 estão aí e que é inadiável tomar uma posição que não deixe dúvidas sobre o pensamento do Bloco em matéria de justiça de rendimentos

as signatárias, assumindo as posições que têm vindo a ser defendidas pelo Grupo+60, defendem então que **é tempo do Bloco tomar uma posição clara pelos direitos dos reformados na defesa da reposição dos rendimentos segundo lógica idêntica que norteará a recuperação dos direitos dos trabalhadores no activo.**

Maria Luísa Cabral

Deolinda Martin